

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2016



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva – Tema Jurídico****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A simplicidade representa o último degrau da sabedoria.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva – Tema Jurídico.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva – Tema Jurídico e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva – Tema Jurídico será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva – Tema Jurídico, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva – Tema Jurídico (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Revolução

Notícias de homens processados nos Estados Unidos por assédio sexual quando só o que fizeram foi uma gracinha ou um gesto são vistas aqui como muito escândalo por pouca coisa e mais uma prova da hipocrisia americana em matéria de sexo. A hipocrisia existe, mas o aparente exagero tem a ver com a luta da mulher americana para mudar um quadro de pressupostos e tabus tão machistas lá quanto em qualquer país latino, e que só nos parece exagerada porque ainda não chegou aqui com a mesma força. As mulheres americanas não estão mais para brincadeira, em nenhum sentido.

*A definição de estupro é a grande questão atual. Discute-se, por exemplo, o que chamam de **date rape**, que não é o ataque sexual de um estranho ou sexo à força, mas o programa entre namorados ou conhecidos que acaba em sexo com o consentimento relutante da mulher. Ou seja, sedução também pode ser estupro. Isso não é apenas uma novidade, é uma revolução. O homem que se criou convencido de que a mulher resiste apenas para não parecer "fácil" não está preparado para aceitar que a insistência, a promessa e a chantagem sentimental ou profissional são etapas numa escalada em que o uso da força, se tudo o mais falhar, está implícito. E que muitas vezes ele está estuprando quem pensava estar convencionalmente conquistando. No dia em que o homem brasileiro aceitar isso, a revolução estará feita e só teremos de dar graças a Deus por ela não ser retroativa.*

A verdadeira questão para as mulheres americanas é que o homem pode recorrer a tudo na sociedade – desde a moral dominante até as estruturas corporativas e de poder – para seduzi-las, que toda essa civilização é no fundo um álibi montado para o estupro, e que elas só contam com um "não" desacreditado para se defender. Estão certas.

(VERISSIMO, Luis Fernando. **Sexo na cabeça**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 143)

1. Entre os graves equívocos que podem se incluir na relação entre um homem e uma mulher destaca-se, no texto,
 - (A) a natural subserviência que a mulher prefere demonstrar a seu parceiro violento, em vez de confrontá-lo.
 - (B) a falta da discriminação masculina entre o que seja uma demonstração de amor e uma iniciativa intimidadora.
 - (C) o exagero de se avaliar como violentas algumas iniciativas masculinas tão somente carinhosas.
 - (D) o fato de a moral dominante classificar como hipócrita toda e qualquer iniciativa amorosa do homem machista.
 - (E) o fato de a mulher relutante tomar como amorosa a violência da sedução a que se atira seu namorado.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No 1º parágrafo, a expressão *aparente exagero* refere-se ao fato, tanto nos Estados Unidos como nos países latinos, de uma gracinha ou certos gestos masculinos serem tomados como assédio sexual a uma mulher.
 - II. No 2º parágrafo, a frase *sedução também pode ser estupro* contempla a possibilidade de que, no processo da conquista amorosa, o homem ignore a relutância com que a mulher se submete à sua iniciativa.
 - III. No 3º parágrafo, a frase *elas só contam com um "não" desacreditado* evidencia a convicção que tem o autor da ineficácia da luta das mulheres contra a moral dominante e as estruturas corporativas da sociedade atual.Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.

3. No segmento *A hipocrisia existe, mas o aparente exagero tem a ver com a luta da mulher americana para mudar um quadro de pressupostos e tabus tão machistas (...)*, (1º parágrafo)
 - (A) a *hipocrisia* aqui referida é aquela que caracteriza o comportamento dos que acompanham no Brasil a luta das mulheres americanas.
 - (B) *pressupostos e tabus tão machistas* designam os valores que as mulheres americanas passam a combater sob o disfarce de um relutante consentimento.
 - (C) a expressão *aparente exagero* deixa ver a possibilidade de parecerem excessivas as justas providências das mulheres americanas em sua luta.
 - (D) a *luta da mulher americana* expressa uma reação histórica que pouco ou nada tem a ver com os costumes que marcam as questões de gênero em outros países.
 - (E) a expressão *para mudar um quadro* diz respeito ao objetivo maior da luta das mulheres, que é combater a hipocrisia praticada pelos políticos americanos.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *uma prova da hipocrisia americana* (1º parágrafo) = um atestado da maledicência estadunidense.
 - (B) *consentimento relutante* (2º parágrafo) = aprovação explícita.
 - (C) *são etapas numa escalada* (2º parágrafo) = constituem signos de uma reversão.
 - (D) *o uso da força (...) está implícito* (2º parágrafo) = o emprego da coação (...) fica tácito.
 - (E) *estruturas corporativas e de poder* (3º parágrafo) = possantes associações sindicais.
-
5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Os homens interiorizam conceitos e valores referentes à mulher sem acreditarem que estão cultivando e pondo em prática os mais abomináveis preconceitos.
 - (B) São abomináveis os conceitos e valores de que os homens acreditam e põem em prática no que diz respeito às mulheres sem ter consciência disso.
 - (C) As mulheres são vítimas dos preconceitos e valores abomináveis com que os homens cultivam e interiorizam a seu respeito em suas práticas.
 - (D) Conceitos e valores preconceituosos no que dizem respeito à mulher são cultivados pelos homens que nem sequer ao menos parecem ter consciência por este fato abominável.
 - (E) São abomináveis os preconceitos onde os homens praticam contra as mulheres sob a forma de conceitos e valores que só fazem desacreditá-las.
-
6. As exigências quanto à concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) A muitos poderá parecer um excesso as lutas travadas pelas mulheres americanas contra a prática de graves atitudes machistas.
 - (B) Acaba por se constituir numa grande hipocrisia as atitudes de quem se diz reger por determinada moral e pratica outra, inteiramente diversa.
 - (C) É comum que aos homens ocorra estar no exercício de um direito quando, em suas práticas amorosas, impõem às mulheres o que as humilha e as desonra.
 - (D) Couberam às mulheres americanas, cansadas de se submeterem aos machistas, travar duras lutas contra o assédio sexual e outras práticas que as vitimam.
 - (E) A maioria dos homens não costuma levar a sério o “não” que, saindo das bocas das namoradas, ressoam como se fosse tão somente uma fingida evasiva.
-
7. Atente para as seguintes construções:
- I. Haveria ainda mais hipocrisia, nas relações entre o homem e a mulher americanos, caso não venham a se organizar os atuais protestos contra o assédio sexual.
 - II. Não fossem as iniciativas das mulheres americanas, que não hesitam em processar os desrespeitadores machistas, não se demoveriam práticas detestáveis de discriminação e desrespeito.
 - III. Havendo ameaça de um processo, é natural que os homens americanos passem a acautelar-se quanto às atitudes que venham a tomar em suas relações com as mulheres.
- A correlação entre tempos e modos verbais está plenamente respeitada APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
8. A transposição de uma frase na voz ativa para sua exata correspondente na voz passiva ocorre em:
- (A) As mulheres passaram a reagir contra a prática do assédio sexual = A prática do assédio sexual passou a ser objeto de reação das mulheres.
 - (B) A reação das mulheres traduz a intensidade de sua revolta = A reação das mulheres será traduzida pela intensidade de sua revolta.
 - (C) São históricos os preconceitos que vêm vitimando as mulheres = As mulheres teriam sido vitimadas por preconceitos históricos.
 - (D) Os machistas vêm seduzindo as mulheres com a complacência da sociedade = As mulheres vêm sendo seduzidas pelos machistas com a complacência da sociedade.
 - (E) Promessas e chantagens empregam os machistas em seu processo de sedução = Os machistas têm empregado promessas e chantagens em seu processo de sedução.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Era uma vez...

As crianças de hoje parecem nascer já familiarizadas com todas as engenhocas eletrônicas que estarão no centro de suas vidas. Jogos, internet, e-mails, músicas, textos, fotos, tudo está à disposição à qualquer hora do dia e da noite, ao alcance dos dedos. Era de se esperar que um velho recurso para se entreter e ensinar crianças como adultos – contar histórias – estivesse vencido, morto e enterrado. Ledo engano. Não é incomum que meninos abandonem subitamente sua conexão digital para ouvirem da viva voz de alguém uma história anunciada pela vetusta entrada do “Era uma vez...”.

Nas narrativas orais – talvez o mais antigo e proveitoso deleite da nossa civilização – a presença do narrador faz toda a diferença. As inflexões da voz, os gestos, os trejeitos faciais, os silêncios estratégicos, o ritmo das palavras – tudo é vivo, sensível e vibrante. A conexão se estabelece diretamente entre pessoas de carne e osso, a situação é única e os momentos decorrem em tempo real e bem marcado. O ouvinte sente que o narrador se interessa por sua escuta, o narrador sabe-se valorizado pela atenção de quem o ouve, a narrativa os une como num caloroso laço de vozes e de palavras.

As histórias clássicas ganham novo sabor a cada modo de contar, na arte de cada intérprete. Não é isso, também, o que se busca num teatro? Nas narrações, as palavras suscitam imagens íntimas em quem as ouve, e esse ouvinte pode, se quiser, interromper o narrador para esclarecer um detalhe, emitir um juízo ou simplesmente uma interjeição. Havendo vários ouvintes, forma-se uma roda viva, uma cadeia de atenções que dá ainda mais corpo à história narrada. Nesses momentos, é como se o fogo das nossas primitivas cavernas se acendesse, para que em volta dele todos comungássemos o encanto e a magia que está em contar e ouvir histórias. Na época da informática, a voz milenar dos narradores parece se fazer atual e eterna.

(Demócrito Serapião, inédito)

9. Afirma-se na abertura do texto: *As crianças de hoje parecem nascer já familiarizadas com todas as engenhocas eletrônicas que estarão no centro de suas vidas.* Com a leitura integral do texto, tal afirmação é
- (A) contraditada pelo fato de que o verdadeiro interesse das crianças, longe de estar nas atrações eletrônicas, é aquele que o teatro proporciona em suas grandes produções.
 - (B) ratificada quando nos certificamos de que a imaginação das crianças de hoje é estimulada sobretudo pelo manejo de jogos eletrônicos, sob o comando criativo de cada uma delas.
 - (C) contraposta ao prazer inextinguível que cada criança experimenta quando abandona a manipulação de engenhocas eletrônicas pelo encanto de criar histórias imaginosas.
 - (D) ressaltada pelo fato de que o encantamento pelas narrativas orais, com o narrador presente, pode substituir o prazer que elas experimentam por meio de recursos eletrônicos.
 - (E) minimizada ao nos darmos conta de que a suposta atração que as crianças sentem pelos jogos eletrônicos decorre da baixa atenção que a família moderna lhes dedica.
-
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No 1º parágrafo, a advertência *Ledo engano* segue-se a convicção de que a atração das crianças por histórias contadas diretamente a elas não é menor do que a que sentem pelas desenvolvidas com recursos eletrônicos.
 - II. No 2º parágrafo, a expressão *caloroso laço de vozes e de palavras* reafirma a importância já ressaltada pela afirmação de que *a presença do narrador faz toda a diferença*.
 - III. No 3º parágrafo, depreende-se que a analogia entre a narrativa oral e a arte do teatro ocorre por força de um elemento comum: a interpretação pessoal e atualizada que se pode dar a narrativas tradicionais.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) II, apenas.
-
11. O recurso da progressão de elementos com o fito de dar força a um argumento é utilizado pelo autor no interior mesmo do seguinte segmento:
- (A) *As crianças de hoje parecem nascer já familiarizadas com todas as engenhocas eletrônicas que estarão no centro de suas vidas.* (1º parágrafo)
 - (B) *A conexão se estabelece diretamente entre pessoas de carne e osso, a situação é única e os momentos decorrem em tempo real e bem marcado.* (2º parágrafo)
 - (C) *O ouvinte sente que o narrador se interessa por sua escuta (...).* (2º parágrafo)
 - (D) *Nas narrações, as palavras suscitam imagens íntimas em quem as ouve (...).* (3º parágrafo)
 - (E) *Nesses momentos, é como se o fogo das nossas primitivas cavernas se acendesse, para que em volta dele todos comungássemos o encanto (...).* (3º parágrafo)



12. Atente para esta sequência de frases que compõem um período do texto:

- I. *O ouvinte sente que o narrador se interessa por sua escuta,*
- II. *o narrador sabe-se valorizado pela atenção de quem o ouve,*
- III. *a narrativa os une como num caloroso laço de vozes e de palavras.*

Não se altera o sentido do período acima introduzindo-se as frases II e III, respectivamente, com as seguintes expressões:

- (A) uma vez que – ainda que
- (B) ao passo que – por conseguinte
- (C) desde que – mesmo que
- (D) conquanto – porquanto
- (E) portanto – entretanto

13. Está plenamente adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:

- (A) Ele não se dispõe à abandonar os jogos eletrônicos, mas volta e meia fica atento às histórias que lhe narram.
- (B) Mesmo àqueles meninos estudiosos não falta tempo para os joguinhos eletrônicos com cujos se entretêm.
- (C) A conexão da qual eles permanecem interligados permite-lhes conversarem todo o tempo à muita distância.
- (D) As narrativas clássicas, a cuja mágica oralidade sentimo-nos presos, competem com os meios da informática.
- (E) Cabe à plateia de um contador de histórias participar ativamente da narração em cuja se acha envolvida.

14. Atente para as seguintes frases:

- I. Ele ama os joguinhos eletrônicos, que vê como desafios.
- II. Ele se vicia em joguinhos eletrônicos, independentemente do grau de dificuldade que ofereçam.
- III. Ele sente especial atração pelos joguinhos eletrônicos difíceis, nos quais vem se aprimorando.

A supressão da vírgula altera o sentido do que está APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se em uma forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Nem se (**pensar**) em dar ouvidos às pessoas que não acreditam no poder da arte de contar histórias.
- (B) Aos meninos do bairro (**parecer**) melhor ouvir histórias do que se entreter com jogos eletrônicos.
- (C) Das histórias que ouviram nada os (**encantar**) mais do que as inflexões do narrador.
- (D) É improvável que nos anos futuros (**deixar**) de haver gratas recordações dessas histórias que ouvimos.
- (E) Para a maioria dos alunos ainda se (**conservar**) os momentos mágicos daquela antiga sessão.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Um comerciante compra certa mercadoria por R\$ 149,50 e estabelece o preço de venda levando em consideração que ele quer obter um lucro de 20% sobre o preço de venda, e que ele deverá pagar um imposto de 15% sobre o mesmo preço de venda. Nas condições dadas, o preço de venda da mercadoria deverá ser, em R\$, de

- (A) 235,00.
- (B) 202,00.
- (C) 210,00.
- (D) 242,00.
- (E) 230,00.



17. Em um curso de informática, $\frac{2}{3}$ dos alunos matriculados são mulheres. Em certo dia de aula, $\frac{2}{5}$ das mulheres matriculadas no curso estavam presentes e todos os homens matriculados estavam presentes, o que totalizou 27 alunos (homens e mulheres) presentes na aula. Nas condições dadas, o total de alunos homens matriculados nesse curso é igual a
- (A) 18.
(B) 10.
(C) 15.
(D) 12.
(E) 21.

18. Após combater um incêndio em uma fábrica, o corpo de bombeiros totalizou as seguintes informações sobre as pessoas que estavam no local durante o incêndio:
- 28 sofreram apenas queimaduras;
 - 45 sofreram intoxicação;
 - 13 sofreram queimaduras e intoxicação;
 - 7 nada sofreram.

Do total de pessoas que estavam no local durante os acidentes, sofreram apenas intoxicação

- (A) 48,38%.
(B) 45,00%.
(C) 42,10%.
(D) 56,25%.
(E) 40,00%.
19. Aldo, Daniel e Eduardo são três amigos. Dois deles têm 66 anos, e sempre mentem. O outro deles tem 48 anos e sempre diz a verdade. Se Aldo disse “– A idade de Daniel não é 66 anos”, então, é correto afirmar que
- (A) Eduardo e Daniel dizem a verdade.
(B) Aldo e Eduardo mentem.
(C) Eduardo tem 48 anos.
(D) Aldo diz a verdade.
(E) Aldo tem 48 anos.

20. Observe os sete primeiros termos de uma sequência numérica: 7, 13, 25, 49, 97, 193, 385, Mantido o mesmo padrão da sequência e admitindo-se que o 100^{a} termo seja igual a x , então o 99^{a} termo dela será igual a

- (A) $\frac{x}{2} + 1$
(B) $\frac{x}{2} - 1$
(C) $\frac{x-1}{2}$
(D) $\frac{x+1}{2}$
(E) $\frac{2x-1}{4}$

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Compete ao Conselho Nacional de Justiça:

- (A) Rever, mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de dois anos, sendo vedada a revisão de ofício.
- (B) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, exceto contra seus serviços auxiliares e serventias.
- (C) Zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- (D) Elaborar, trimestralmente, relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
- (E) Elaborar, semestralmente, relatório, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho.

22. Considere:

- I. Marta, quarenta e cinco anos, é juíza do trabalho da 14ª Região.
- II. Soraya, trinta e quatro anos, é advogada com sete anos de efetiva atividade profissional, de reputação ilibada e atuação na cidade de Porto Velho.
- III. Camila, sessenta e seis anos de idade, é juíza do trabalho da 14ª Região.
- IV. Doralici, trinta e oito anos, é Promotora de Justiça do Estado de Rondônia, com oito anos de efetiva atividade profissional.

De acordo com a Constituição Federal, poderão compor o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, APENAS

- (A) Soraya.
- (B) Marta.
- (C) Soraya, Camila e Doralici.
- (D) Marta e Camila.
- (E) Marta, Soraya e Doralici.

23. Um grupo de advogados que trabalham exclusivamente perante a Justiça do Trabalho, deseja criar uma Associação visando ajudar trabalhadores exclusivos de empresas de telecomunicações. De acordo com a Constituição Federal, a criação de associações

- (A) depende de autorização expressa do órgão público competente, sendo estabelecida a interferência estatal em seu funcionamento para qualquer hipótese.
- (B) independe de autorização, sendo estabelecida a interferência estatal em seu funcionamento em qualquer hipótese.
- (C) depende de autorização expressa do órgão público competente, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (D) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (E) depende de autorização expressa do órgão público competente, sendo estabelecida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para verificação da regularidade de seus empregados.

24. Processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal é competência do

- (A) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.



25. No tocante às responsabilidades do Presidente da República, considere:
- I. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
 - II. Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
 - III. Se o Presidente da República estiver afastado de suas funções e decorrer o prazo de cento e vinte dias, sem que esteja concluído o competente processo, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do feito.
 - IV. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, logo após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) IV.
- (E) I e II.

Direito Administrativo

26. Sobre o ato administrativo, considere:
- I. O ato administrativo nulo não comporta revogação.
 - II. O ato administrativo com vício de competência poderá, em determinadas hipóteses, ser convalidado.
 - III. Em regra, a anulação do ato administrativo ocorre com efeito *ex nunc*.
 - IV. A anulação do ato administrativo, quando feita pela Administração pública, independe de provocação do interessado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

27. Julia, servidora pública federal e chefe de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, cometeu ao servidor Ricardo, atribuições estranhas ao cargo que ocupa, não se tratando de situação emergencial ou mesmo transitória que justificasse tal conduta. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar quanto à infração praticada por Julia prescreverá em
- (A) 2 anos.
 - (B) 5 anos.
 - (C) 3 anos.
 - (D) 180 dias.
 - (E) 1 ano.

28. Marlene é servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e pretende doar sangue. Gilberto, também servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, irá se casar nos próximos dias. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, poderão os citados servidores ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, respectivamente, por
- (A) 1 dia e 10 dias consecutivos.
 - (B) 2 dias e 10 dias consecutivos.
 - (C) 1 dia e 9 dias consecutivos.
 - (D) 2 dias e 7 dias consecutivos.
 - (E) 1 dia e 8 dias consecutivos.

29. José, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e chefe de determinado setor do Tribunal, está construindo uma bela casa de campo para desfrutar momentos de lazer com sua família. Assim, em um determinado final de semana, utilizou equipamento pertencente ao Tribunal na obra de sua casa, e, além disso, levou dois servidores, a ele subordinados, para auxiliar os demais pedreiros na obra. Em razão do ato ímprobo praticado, o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa contra José, pleiteando, dentre outras sanções,
- (A) pagamento de multa civil, de até duas vezes o valor da remuneração de José.
 - (B) suspensão dos direitos políticos, de 5 a 8 anos.
 - (C) suspensão dos direitos políticos, de 8 a 10 anos.
 - (D) proibição de contratar com o Poder Público por 15 anos.
 - (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais pelo período máximo de 3 anos.



30. A empresa WX, vencedora de licitação promovida pela União Federal, foi convocada para assinar o respectivo contrato administrativo. No curso do prazo de convocação para a assinatura do contrato, a mencionada empresa solicitou prorrogação do prazo, justificando a impossibilidade de assinar o contrato dentro do lapso temporal inicialmente previsto. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o prazo de convocação para a assinatura do contrato
- (A) não admite qualquer tipo de prorrogação.
 - (B) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
 - (C) admite prorrogação automática uma única vez, que, portanto, independe de justificativa, bastando a solicitação da empresa contratante.
 - (D) poderá ser prorrogado uma vez, por período igual ou superior, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
 - (E) poderá ser prorrogado duas vezes, por período igual ou inferior, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e haja motivo justificado aceito pela Administração.

Direito do Trabalho

31. A relação objetiva evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contratantes, ou seja, em matéria trabalhista, importa o que ocorre na prática mais do que as partes pactuaram, em forma mais ou menos expressa, ou o que se insere em documentos, formulários e instrumentos de contrato. Tal enunciado corresponde ao princípio específico do Direito do Trabalho:
- (A) Condição mais benéfica.
 - (B) Primazia da realidade.
 - (C) Intangibilidade contratual lesiva.
 - (D) Busca do pleno emprego.
 - (E) Continuidade da relação de emprego.

32. Thales prestou serviços à empresa Celestial Produções pelo prazo de 10 meses. Para que se configure o vínculo empregatício, ou seja, relação de emprego, entre as partes referidas é necessário que se comprovem os seguintes requisitos legais:
- (A) Boa fé contratual, autonomia, onerosidade, pessoalidade e eventualidade.
 - (B) Exclusividade, onerosidade e habitualidade.
 - (C) Subordinação, imprescindibilidade, indisponibilidade e irrenunciabilidade.
 - (D) Pessoalidade na prestação dos serviços, subordinação jurídica, não eventualidade e onerosidade.
 - (E) Subordinação econômica, comutatividade com divisão dos riscos, continuidade e exclusividade.

33. Quanto à relação de trabalho temporário, nos termos da legislação que disciplina tal atividade, é INCORRETO afirmar:
- (A) Há um vínculo jurídico de natureza civil entre a empresa cliente tomadora dos serviços e a empresa de trabalho temporário registrada no Ministério do Trabalho e Emprego por meio de contrato obrigatoriamente escrito.
 - (B) Forma-se um vínculo de natureza trabalhista entre o trabalhador temporário e a empresa fornecedora, que o assalaria e responde diretamente pelos direitos assegurados em lei.
 - (C) É lícito estabelecer cláusula de reserva, vedando a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao final do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.
 - (D) Fica assegurada ao trabalhador temporário a remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora ou cliente, calculados à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo.
 - (E) Trabalho temporário é permitido para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário dos serviços da empresa tomadora.

34. A nova regulamentação relativa aos trabalhadores domésticos estabelece:
- (A) A duração normal do trabalho doméstico não excederá oito horas diárias e quarenta horas semanais, com remuneração de hora extraordinária de cinquenta por cento superior ao valor da hora normal.
 - (B) Poderá ser instituído o regime de compensação de horas trabalhadas somente por acordo escrito firmado com a chancela de agente da Delegacia Regional do Trabalho ou pelo Sindicato da Categoria Profissional.
 - (C) O trabalho não compensado prestado em domingos e feriados para o empregado que mora no local de trabalho deverá ser remunerado com o acréscimo de cinquenta por cento sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.
 - (D) Considera-se o trabalho em regime de tempo parcial para o trabalhador doméstico aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais.
 - (E) Considera-se noturno o trabalho realizado pelo empregado doméstico entre as vinte e duas horas de um dia e as seis horas do dia seguinte, devendo ser remunerado o trabalho noturno com acréscimo de vinte e cinco por cento sobre a hora diurna.



35. Será considerada, respectivamente, a responsabilidade subsidiária e solidária de empresas quanto aos direitos trabalhistas, nos casos de
- (A) grupo econômico e falência da empresa de trabalho temporário.
 - (B) recuperação judicial de empresa terceirizada e terceirização em órgão público.
 - (C) grupo econômico e contrato de subempreitada.
 - (D) sucessão de empregadores e contratação irregular de mão de obra terceirizada.
 - (E) terceirização de serviços de vigilância e grupo econômico.
-
36. Está configurada a suspensão dos efeitos do contrato de trabalho em caso de
- (A) férias anuais remuneradas.
 - (B) ausência ao serviço por 03 dias consecutivos em virtude de casamento.
 - (C) aposentadoria por invalidez.
 - (D) férias coletivas de determinado setor da empresa.
 - (E) no dia em que o trabalhador estiver comprovadamente realizando exame vestibular para ingresso em ensino superior.
-
37. Sobre o instituto do aviso prévio previsto na legislação trabalhista,
- (A) o aviso prévio será concedido na proporção de 30 dias aos empregados que contem com até 1 ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 dias por ano prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de 90 dias.
 - (B) o prazo de aviso prévio para os contratos por prazo determinado de 2 anos será de até 60 dias, ou seja, 30 para cada ano completo ou fração superior a seis meses.
 - (C) a falta de aviso prévio por parte do empregado confere ao empregador o direito de descontar a metade dos salários correspondentes ao prazo respectivo.
 - (D) em caso de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa cometida pelo empregador não será devido o aviso prévio.
 - (E) o empregado que cometer falta grave que enseje justa causa para a rescisão durante o prazo de aviso prévio não perderá o direito ao restante do respectivo prazo.
-
38. Um dos aspectos mais importantes de uma relação de emprego é a contraprestação remuneratória em razão da prestação dos serviços pelo empregado. Conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) as gorjetas dadas espontaneamente pelo cliente ao empregado não estão compreendidas na respectiva remuneração desse trabalhador.
 - (B) não se incluem no salário as ajudas de custo e as diárias para viagem, seja qual for o seu valor.
 - (C) o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade de trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, incluindo as comissões e percentagens.
 - (D) serão consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador com assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro saúde.
 - (E) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

Direito Processual do Trabalho

39. Há previsão legal atribuindo aos órgãos judiciais as questões que devem estar afetas ao seu julgamento, assim como os órgãos judiciais trabalhistas têm traçados em lei os seus poderes para conhecer e solucionar as lides. Sobre o tema, conforme ordenamento jurídico é INCORRETO afirmar:
- (A) Como regra, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
 - (B) Compete às Varas Cíveis da Justiça Federal julgar as ações envolvendo trabalhadores portuários e os operadores portuários ou Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO, decorrentes da relação de trabalho, por envolver questão estratégica nacional.
 - (C) A Justiça do Trabalho tem competência para analisar e decidir sobre as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - (D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
 - (E) É da competência das Varas do Trabalho conhecer e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice.



40. Em relação aos princípios gerais do processo trabalhista, não havendo norma trabalhista para a prática de determinado ato processual
- (A) aplica-se subsidiariamente a Lei de Execuções Fiscais seja qual for a fase processual.
 - (B) a Consolidação das Leis do Trabalho não prevê nenhuma norma específica sobre o tema, cabendo ao magistrado escolher a norma processual que melhor se aplica ao caso.
 - (C) será aplicado o Código de Processo Civil para solucionar o caso, exceto nas fases recursal e de execução, pois nessas fases se aplica a Lei de Execuções Fiscais.
 - (D) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto quando houver incompatibilidade com as normas do processo judiciário do trabalho.
 - (E) poderá ser aplicado de forma supletiva o direito processual comum, seja qual for a fase processual, bastando apenas que haja omissão da norma trabalhista.
-
41. Sobre os atos processuais relativos ao processo do trabalho no rito ordinário é correto afirmar:
- (A) Serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e serão realizados, nos dias úteis das 6 às 20 horas, exceto a penhora, que pode ser realizada em domingo ou feriado, mediante autorização judicial expressa.
 - (B) A penhora poderá ser realizada em qualquer dia e horário independente de autorização expressa do juiz por se tratar de ato de execução e para atender ao princípio da eficácia.
 - (C) Serão sempre públicos, realizados somente nos dias úteis, no horário das 6 às 21 horas, exceto a penhora que poderá ocorrer das 5 às 23 horas.
 - (D) Serão públicos, salvo em caso de segredo de justiça assim determinado pelo Ministério Público do Trabalho, apenas em dias úteis, no horário das 8 às 19 horas.
 - (E) Serão sempre públicos, não havendo segredo de justiça em processo trabalhista, nos dias úteis, das 11 às 19 horas, exceto as penhoras que podem ocorrer das 8 às 20 horas.
-
42. Conforme normas aplicáveis ao tema relativo às custas processuais e aos emolumentos no Processo Judiciário do Trabalho,
- (A) apenas a União, dentre os entes federativos, está isenta do pagamento de custas processuais, ainda que vencida, visto que a Justiça do Trabalho é órgão do Poder Judiciário Federal.
 - (B) as empresas públicas federais estão isentas de custas processuais, mas não dos emolumentos na fase executória.
 - (C) o Ministério Público do Trabalho está isento do recolhimento de custas processuais.
 - (D) no processo ou fase de execução não há incidência de custas ou emolumentos por faltas de previsão legal.
 - (E) as autarquias municipais não estão isentas do recolhimento de custas processuais.
-
43. Sobre as partes e procuradores, o *jus postulandi* e a representação processual, conforme norma legal e entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) o *jus postulandi* somente pode ser exercido pelo empregador, visto que o trabalhador é parte hipossuficiente e necessita de assistência profissional de advogado particular ou do sindicato.
 - (B) se o trabalhador utilizar o *jus postulandi* para a propositura da ação, sendo sucumbente na decisão de primeiro grau, deverá contratar advogado para interpor recurso ao Tribunal.
 - (C) a Constituição Federal aboliu o instituto do *jus postulandi* revogando expressamente dispositivo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o tema.
 - (D) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado, não podendo ser utilizado o *jus postulandi*, que é restrito aos dissídios individuais até a prolação de sentença.
 - (E) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público Estadual ou curador nomeado pelo Juízo.
-
44. Os dissídios individuais na Justiça do Trabalho podem seguir o rito procedimental sumaríssimo conforme normas previstas em lei. Sobre esse procedimento é INCORRETO afirmar:
- (A) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
 - (B) Cada parte poderá indicar até, no máximo, três testemunhas mediante rol apresentado 5 dias antes da audiência.
 - (C) Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo; as demais questões serão decididas na sentença.
 - (D) O pedido deve ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente, sob pena de arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa.
 - (E) O recurso ordinário terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o seu parecer, com registro na certidão.



45. Dentre as modalidades recursais previstas na legislação trabalhista encontramos o agravo de instrumento que é cabível em
- (A) 8 dias, das decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho que divergirem entre si ou forme contrárias a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) 5 dias, das decisões interlocutórias na fase de conhecimento e nos casos de omissão e contradição do julgado, atribuindo-lhe efeitos modificativos.
 - (C) 8 dias, dos despachos que denegarem interposição de recursos.
 - (D) 8 dias, das decisões terminativas do Juiz na fase de execução da sentença que tenha transitado em julgado, desde que delimitada as matérias e valores impugnados.
 - (E) 15 dias, das decisões definitivas ou terminativas das Varas do Trabalho nos dissídios individuais do rito sumaríssimo.
-
46. A informatização do processo judicial na Justiça do Trabalho encontra-se regulamentado pela Resolução CSJT nº 136 de 25 de abril de 2014 que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais. Esse normativo estabeleceu parâmetros para sua implementação e funcionamento, dentre os quais:
- (A) Os atos processuais terão sua produção, registro, visualização, tramitação, controle e publicação exclusivamente em meio eletrônico e serão assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar o usuário responsável pela sua prática.
 - (B) O credenciamento de advogados no sistema dar-se-á pela identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário eletrônico disponibilizado no portal de acesso ao PJe-JT, devidamente preenchido e assinado digitalmente, dispensando assim a juntada de mandato, nos termos do art. 37 do CPC.
 - (C) A falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de *WebService*, dos serviços de consulta aos autos digitais, não será considerada indisponibilidade do sistema.
 - (D) A impossibilidade de utilização de equipamentos disponibilizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho para acesso dos usuários externos ao sistema não será considerada como indisponibilidade do sistema, visto que cabe ao usuário obter o seu equipamento eletrônico.
 - (E) Os advogados credenciados deverão encaminhar eletronicamente contestação, reconvenção ou exceção, e respectivos documentos, no ato da audiência designada para recebimento da defesa, ficando assim impossibilitada a apresentação de defesa oral no sistema do PJe-JT.

Direito Civil

47. Sobre o negócio jurídico, na forma estabelecida pelo Código Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico.
 - (B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
 - (C) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
 - (D) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizaram e não for necessária a declaração de vontade expressa.
 - (E) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
-
48. No que concerne ao penhor, hipoteca e anticrese nos termos estabelecidos pelo Código Civil brasileiro, a dívida NÃO considera-se vencida:
- (A) Se desapropriar o bem dado em garantia, hipótese na qual se depositará a parte do preço que for necessária para o pagamento integral do credor.
 - (B) Se o devedor cair em insolvência ou falir.
 - (C) Se as prestações não forem pontualmente pagas, toda vez que deste modo se achar estipulado o pagamento.
 - (D) Se perecer o bem dado em garantia e o mesmo for substituído.
 - (E) Se, deteriorando-se, ou depreciando-se o bem dado em segurança, desfaltar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar ou substituir.



49. Analise as seguintes assertivas sobre o contrato de mandato, de acordo com o que estabelece o Código Civil:
- I. A ratificação de atos praticados por quem não tenha o mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, deverá ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e produzirá efeitos a partir da data da ratificação.
 - II. Para administração ordinária e para transigir o mandatário dependerá de procuração com poderes especiais ou expressos.
 - III. O mandatário não pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha obtido com esforço ao seu constituinte.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, apenas.
-
50. Conforme estabelece o Código Civil Brasileiro, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Contudo, decairá deste direito assegurado pelo Código Civil, o dono da obra que NÃO propuser a ação contra o empreiteiro, nos
- (A) 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (B) 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (C) 12 meses seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (D) 30 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (E) 60 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
-
51. Sobre a prescrição e decadência, nos termos estabelecidos pelo Código Civil é INCORRETO afirmar:
- (A) O protesto cambial interrompe a prescrição, interrupção esta que somente poderá ocorrer uma vez.
 - (B) Não corre prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União.
 - (C) As pessoas jurídicas têm ação contra os seus representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
 - (D) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveita os outros.
 - (E) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.
-

Direito Processual Civil

52. Sobre a sentença e coisa julgada analise as seguintes assertivas:
- I. A sentença proferida pelo Magistrado deve ser certa, salvo quando a decisão versar sobre relação jurídica condicional.
 - II. A sentença proferida contra uma autarquia federal fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal, não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.
 - III. Tratando de sentença condenatória genérica não será possível a produção da hipoteca judiciária.

Nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.



53. Moisés ajuizou ação indenizatória contra a empresa Y após o rompimento de um contrato entabulado entre as partes, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 35.000,00. A empresa Y, citada para responder aos termos da demanda, apresentou contestação rechaçando os fatos alegados na inicial, bem como reconvenção, cobrando uma quantia inadimplida por Moisés no importe equivalente a R\$ 7.000,00. Após o regular processamento do feito o Magistrado competente julga parcialmente procedente o pedido inicial e improcedente ao pedido reconvenicional para condenar a empresa Y ao pagamento de indenização em favor de Moisés no valor de R\$ 18.000,00. Inconformado, Moisés apresenta recurso de apelação dentro do prazo legal, recurso este devidamente recebido e processado. Intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto pela parte contrária, a empresa Y apresenta recurso adesivo, recebido pelo Magistrado. Durante o processamento do recurso no Tribunal de Justiça, já distribuído para o Desembargador competente, Moisés desiste do recurso principal. Neste caso,
- (A) o recurso principal e o adesivo serão necessariamente julgados pelo Tribunal, uma vez que a parte não pode desistir de um recurso interposto.
 - (B) o recurso adesivo não será conhecido, sem qualquer consequência para os litigantes.
 - (C) o recurso adesivo não será conhecido, mas o autor do recurso principal, Moisés, deverá pagar honorários advocatícios ao advogado da empresa Y, em decorrência da interposição do recurso adesivo.
 - (D) o recurso principal e o adesivo serão necessariamente julgados pelo Tribunal, uma vez que desistência do recurso principal só é admitida se não houver interposição de recurso adesivo.
 - (E) apenas o recurso adesivo será conhecido e julgado pelo Tribunal.
-
54. Paula ajuizou ação de indenização contra Maria postulando uma indenização no importe equivalente a R\$ 300.000,00, decorrente de dano causado em imóvel residencial. A ação é julgada procedente e o pedido inicial integralmente acolhido. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, não são localizados bens passíveis de constrição judicial em nome da devedora Maria, que possui apenas um bem imóvel em seu nome, exatamente onde reside com a família. Inconformada Paula começa a diligenciar e apura que durante o trâmite da ação indenizatória Maria vendeu para terceiros um imóvel e um veículo. Neste caso, noticiado o fato no processo com comprovação documental, o Magistrado deverá reconhecer a fraude à execução e considerar o ato da executada como atentatório à dignidade da justiça, condenando-a ao pagamento de multa, exigível na própria execução, NÃO superior a
- (A) 5% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
 - (B) 1% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
 - (C) 10% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
 - (D) 20% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
 - (E) 30% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
-
55. No que se refere à alienação em hasta pública na execução de quantia certa contra devedor solvente é INCORRETO afirmar:
- (A) Se a praça ou o leilão for de diversos bens e houver mais de um lançador, será preferido aquele que se propuser a arrematá-los englobadamente, oferecendo para os que não tiverem licitante preço igual ao da avaliação e para os demais o de maior lance.
 - (B) O edital será afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de 5 dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local ou no órgão especial quando o credor for beneficiário da justiça gratuita.
 - (C) Tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar por escrito sua proposta, nunca inferior à avaliação, com oferta de, no mínimo, 50% à vista, sendo o restante garantido por hipoteca sobre o próprio imóvel.
 - (D) Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.
 - (E) Quando o imóvel de incapaz não alcançar em praça, pelo menos, 80% do valor da avaliação, o juiz o confiará à guarda e administração de depositário idôneo, adiando a alienação por prazo não superior a 1 ano.
-

Noções de Administração Pública

56. O Gespública, Programa de Excelência em Gestão Pública do Governo Federal, está baseado em indicadores de resultado e de esforço, dentre os quais o indicador de
- (A) Efetividade, dado pela realização dos processos, projetos e planos de ação de acordo com o planejamento efetivado.
 - (B) Eficácia, vinculada ao grau de satisfação ou ainda ao valor agregado ou à transformação produzida no contexto em geral.
 - (C) Eficiência, baseada na relação entre os produtos ou serviços gerados (*outputs*) com os insumos utilizados.
 - (D) Efetividade, amparada na relação entre o que foi entregue e o que foi consumido de recursos.
 - (E) Eficiência, de acordo com os impactos gerados pelos produtos, serviços, processos ou projetos.



57. Sobre o monitoramento e a avaliação no setor público,
- (A) a avaliação tem por objetivo exclusivo o acompanhamento da implementação de programas, ações ou atividades, a fim de identificar tempestivamente os problemas que possam comprometer os resultados esperados.
- (B) o monitoramento, pactuado entre os atores envolvidos, requer a adoção de três critérios distintos: eficácia, eficiência, efetividade.
- (C) a avaliação formal consiste em um julgamento assistemático, realizado durante o andamento de uma política ou programa a partir de critérios subjetivos definidos previamente.
- (D) o monitoramento consolida-se na análise sistemática dos resultados de um programa, após seu encerramento, com o objetivo de contribuir para o seu aperfeiçoamento.
- (E) o monitoramento refere-se à atividade estruturada a partir da implementação de cada política pública, programa ou ação, orientada para o alcance das metas prioritárias da Administração pública.
-
58. Em relação à iniciativa e aos prazos de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO na esfera federal, a iniciativa é
- (A) do Poder Executivo e deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 15 de abril de cada ano.
- (B) do Poder Legislativo e deve ser aprovado até o dia 15 de abril de cada ano.
- (C) compartilhada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e deve ser votado até o dia 31 de agosto de cada ano.
- (D) do Poder Executivo e deve ser aprovado até o dia 30 de novembro de cada ano.
- (E) do Poder Legislativo e deve ser devolvido para sanção até o dia 31 de agosto de cada ano.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

59. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, considere os seguintes itens:

- I. Lista sêxtupla a ser submetida ao Presidente da República.
- II. Voto por maioria de seus membros.
- III. Sessão pública.
- IV. Votação nominal
- V. Votação aberta.

Faz parte das regras atinentes ao preenchimento de vaga de Desembargador por membro do Ministério Público do Trabalho o que consta APENAS em

- (A) II, III, IV e V.
- (B) I, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, II, III e IV.

60. Considere a tabela abaixo com as seguintes informações:

DATAS	MAGISTRADO A	MAGISTRADO B	MAGISTRADO C
DA NOMEAÇÃO	05/03/2015	04/03/2015	03/03/2015
DA POSSE	10/03/2015	10/03/2015	11/03/2015
DA ENTRADA EM EXERCÍCIO	17/03/2015	18/03/2015	17/03/2015

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, a ordem de antiguidade entre os Magistrados é

- (A) A, B e C.
- (B) A, C e B.
- (C) C, B e A.
- (D) C, A e B.
- (E) B, A e C.

**DISCURSIVA-TEMA JURÍDICO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

"10.7. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Tema Jurídico que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.8. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela Banca Examinadora. 10.9. Na Prova Discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.10. A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos.

O ônus da prova em face do princípio da continuidade da relação de emprego

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	